

Diga **NÃO** ao **IMPOSTO SINDICAL** Participe! Vote!

Plebiscito Nacional



**Campanha Nacional por Liberdade
e Autonomia Sindical**

IMPOSTO SINDICAL

Em 1994 após a gestão cutista assumir a direção do Sindicato dos Bancários do ABC, foi decidido em assembleia, a filiação à CUT. Após essa filiação, o Sindicato entrou com uma ação na justiça para a não cobrança do imposto.

Graças a uma liminar conquistada dentro desta ação, durante muito tempo, não houve o desconto da parcela que cabe ao Sindicato. Em 2005, a liminar caiu e, em assembleia, foi definido que os valores arrecadados iriam para investimentos que beneficiassem os sócios do Sindicato.

Em assembleia realizada em dezembro de 2010 foi aprovado que o Sindicato iniciaria o processo de devolução do imposto para os sócios através da isenção da mensalidade sindical do mês de março e, desde então, em março de cada ano, houve a isenção da mensalidade para o sócio, como forma de devolver parte deste imposto.

Leia matéria na página 3.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DIA 19 DE ABRIL ÀS 18h30 - Sede: Rua Cel. Francisco Amaro, 87 - Casa Branca - Santo André - SP

Pauta: Eleição dos delegados para o 13º CECUT e 11º CONCURT

JURÍDICO

Sindicato entra com ação coletiva contra a Caixa

Ação obriga banco a incorporar a comissão dos cargos de caixa

Com o intuito de obrigar a Caixa a incorporar a comissão dos cargos de caixa (Caixa, caixa PV e de retaguarda), o Sindicato ingressou com uma ação coletiva contra o banco. Essa decisão foi tomada, pois foi observado que nos últimos meses a instuição vem descomissionando os caixas de forma arbitrária e sem qualquer critério.

A ação se fez necessária, segundo a presidenta do Sindicato, Maria Rita Serrano, porque no último período o ABC foi a região onde houve o maior número de empregados perdendo função de caixa, em comparação com o restante do país. “Se formos vitoriosos ela servirá para garantir os direitos dos atuais empregados e dos futuros detentores da função”, diz Maria Rita.

A Súmula 372 do Tribunal Superior do Trabalho - TST diz que somente após 10 anos na função é que a empresa não pode mais retirar a gratificação mas, essa súmula foi criada para os trabalhadores que exercem cargo de confiança, que não é o caso do caixa bancário.

Na estrutura de cargos e salários da Caixa, estão os cargos efetivos de carreira, que são poucos, na carreira administrativa, por exemplo, são apenas dois. O ingresso nesta estrutura ocorre por meio de concurso público e as

promoções são automáticas, considerando o tempo de serviço e o sistema de meritocracia.

A outra estrutura é a dos cargos comissionados onde o ingresso é por meio de PSI ou indicação da Caixa, ou seja, há um poder discricionário do banco de conceder e retirar essa comissão de cargo.

Na realidade, a instituição descumpra dispositivo constitucional ao instituir um Plano de Cargos Comissionados para empregados que não exercem cargos de confiança.

A Constituição Federal (artigo 37, V) estabelece que a administração pública indireta (a CAIXA é empresa pública) deve observar o seguinte para os cargos em comissão: “As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.” Nota-se no dispositivo que a Caixa pode comissionar apenas cargos de confiança, direção, chefia e assessoramento, portanto, inserir caixas no PCC é inconstitucional e, desta forma, os caixas não deveriam fazer parte do PCC, assim como qualquer outro cargo que é meramente técnico.

Por outro lado, o artigo 468 da CLT é claro ao afirmar que as alterações unilaterais do contrato de trabalho somente são válidas se não trouxerem prejuízos aos empregados, e a única exceção à essa regra é a retirada de gratificação decorrente do exercício do cargo de confiança. Então, se os caixas não exercem cargo de confiança e não poderiam ser comissionados, a redução salarial feita pela CAIXA ao retirar a função é nula de pleno direito, pois importa em redução salarial. A redução salarial também é vedada pela Constituição Federal.

A CAIXA deveria refazer o PCS e o PCC, pois padece de inconstitucionalidade quando coloca quase todos os seus cargos como comissionados. O PCS deveria ser reestruturado para inserir na estrutura de carreira todas as funções que não são de chefia, direção e assessoramento. Enquanto isso não acontece, resta ao Sindicato garantir isso na esfera judicial.

Se você, bancário de outra instituição, também passou por essa mesma situação, entre em contato com o jurídico do Sindicato, para que possamos solucionar seu caso. Tel: 4993-8299.

FUNCEF

Sindicato apoia Chapa 1 na eleição da Funcef

A Funcef tem um dos maiores patrimônios entre os fundos de pensão do Brasil e, por isso, precisa ser administrado com responsabilidade, comprometimento e transparência.

Por esse motivo é essencial que os associados votem na eleição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, pois são os órgãos que determinam as diretrizes do Fundo e fiscalizam os atos da



diretoria.

Por isso, o Sindicato dos Bancários do ABC, juntamente com centenas de sindicatos de todo País, apoia a **Chapa 1 - Movimento pela Funcef**, para as vagas de representantes dos empregados nestes conselhos.

A **Chapa 1** assegura a continuidade e fortalecimento da união entre os segmentos de empregados em atividade na Caixa com os aposentados e pensionistas. A atuação dos integrantes da **Chapa 1** nos órgãos de gestão da Funcef é pautada pelas deliberações dos fóruns do movimento associativo e sindical e pelo debate permanente com as entidades representativas dos associados.

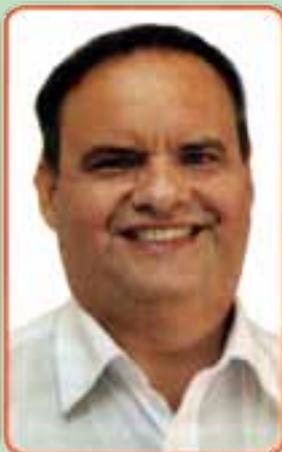
Entre os compromissos assumidos pela **Chapa 1** estão: Transparência, segurança e qualidade aos investimentos; Melhores benefícios; Defesa do Fundo para Revisão de Benefícios; Defender CTVA como verba salarial e propor e apoiar iniciativas que levem de forma clara aos empregados da Caixa as vantagens de se associarem à Funcef.

A eleição acontece entre os dias 7 e 11 de maio e podem votar todos os associados da ativa e aposentados.

Saiba quem são os integrantes da Chapa 1: Movimento pela FUNCEF



Conselho Deliberativo
AntônioLuíz Fermino
(Titular)



Marco Antônio de Oliveira Moita (Suplente)



Conselho Fiscal
Regina Maria da Costa Brito Pereira (Titular)



Francisco Vagner Dantas Leite (Suplente)

IMPOSTO SINDICAL

Campanha Nacional por Liberdade e Autonomia Sindical está nas ruas de todo País

Bancários podem participar do plebiscito em sua agência em urnas itinerantes ou on line através do site do Sindicato

A Central Única dos Trabalhadores - CUT está promovendo a Campanha Nacional por Liberdade e Autonomia Sindical e, uma das ações desta campanha, é o plebiscito que tem como objetivo averiguar a opinião dos trabalhadores em relação ao imposto e cobrar do governo alteração na legislação, que acabe de vez com a cobrança. Todo trabalhador pode participar desta votação que vai até 30 de abril.

É fundamental que essa campanha não sirva apenas para debate, mas que sirva também para a mobilização dos trabalhadores e articulação de negociações.

Os sindicalistas querem ir além da discussão sobre o fim do imposto sindical, querem também pautar questões fundamentais, como o funcionamento do sistema sindical no Brasil, de modo a avançar no processo de participação das bases e avançar no processo democrático, de modo que os sindicatos estejam em todos os locais de trabalho e que os conflitos sejam resolvidos localmente.

O imposto sindical foi criado pelo presidente Getúlio Vargas com o objetivo de atrelar os sindicatos ao governo, já que o imposto é obrigatório para todos os trabalhadores com carteira assinada. “Desde seu nascimento, a CUT é contra esse imposto, porque entende que os trabalhadores devem sustentar os sindicatos de forma espontânea, dando assim, legitimidade para entidades sérias e combativas e evitando



que muitos sindicatos que não têm sócios sobrevivam graças ao imposto”, explica Maria Rita Serrano, presidenta do Sindicato.

Na Região do ABC

Em 1994 a gestão cutista assumiu a direção da entidade e, com isso, o índice de sindicalização aumentou consideravelmente e, foi decidido em assembleia, a filiação à CUT. Após essa filiação, o Sindicato entrou com uma ação na justiça para a não cobrança do imposto.

Vale destacar que, graças a uma liminar conquistada dentro desta ação, durante muito tempo, não houve o desconto da parcela que cabe ao sindicato (60%, já que o restante é distribuído para as federações, confederações, centrais sindicais e Ministério do Trabalho).

Em 2005, a liminar caiu e, em assembleia com os trabalhadores, foi definido que os valores arrecadados a partir dali iriam para investimentos que beneficiassem os sócios do Sindicato, como a construção da nova sede administrativa, inaugurada em 2008, e da sede social, inaugurada em 2010.

Em assembleia realizada em dezembro de 2010, para discutir a destinação do imposto sindical, foi aprovado que o Sindicato dos Bancários do ABC iniciaria o processo de devolução do imposto para os sócios através da isenção da mensalidade sindical do mês de março. Portanto, desde então, em março de cada ano, houve a isenção da mensalidade para o sócio, como forma de devolver uma parte deste imposto.

Durante esta semana, os diretores do Sindicato, estarão percorrendo as agências da Região com as urnas do plebiscito. O bancário pode manifestar, por meio de voto, se é a favor ou contra a cobrança do Imposto Sindical. Todos os bancários sindicalizados ou não podem votar. Os bancários podem votar também, através do site www.bancariosabc.org.br

ECONOMIA

Bancos privados devem seguir exemplo de públicos e baixar juros

Os bancos públicos, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, reduziram os juros para linhas de créditos destinadas a pessoas físicas e a empresas, atendendo o chamado da presidenta Dilma Rousseff. A iniciativa faz parte da ofensiva do governo federal para forçar a concorrência no setor financeiro e, assim, diminuir o “spread” bancário no país, um dos mais altos do mundo. O termo em inglês se refere à diferença entre os juros que os bancos pagam e os que oferecem aos clientes.

Com a concorrência, os bancos privados têm que rever sua política de preços e baixar suas taxas para manter participação de mercado. O HSBC já entendeu o recado e foi o primeiro banco privado a seguir o exemplo dos bancos públicos e anunciou, na quinta-feira (12), a

redução das taxas de juros de algumas das operações de crédito. Quem ganha com isso é o consumidor, que pode escolher a instituição que ofereça melhores condições e juros mais baixos.

“A iniciativa dos bancos públicos mostra que é possível reduzir o spread e mesmo assim obter lucros, pois não há explicação para cobrança de taxa de juros de mais de 50%, no caso de empréstimo pessoas para pessoa física. Os bancos podem sim reduzir os juros e ainda ter lucros suficientes”, explicou a presidenta do Sindicato, Maria Rita Serrano.



ENTREVISTA

Continuar a luta por melhores condições de trabalho. Esse é o desafio do novo presidente

Há 15 anos como diretor do Sindicato, Eric Nilson, atual secretário geral, e próximo presidente da instituição, que assume a gestão em 1º de julho, sabe que a luta por melhores condições de trabalho é um desafio constante. Ele pretende dar continuidade ao trabalho realizado pela atual gestão, comandada por Maria Rita Serrano, lutando por melhores condições de vida para o trabalhador. Para vencer os desafios que tem pela frente ele conta com a união, participação e organização da categoria.

Notícias Bancárias – O que você achou do resultado da eleição, mesmo sendo chapa única?

Eric Nilson – O processo para inscrição de outras chapas ficou aberto durante quinze dias úteis, mesmo assim, apenas a chapa um se inscreveu e obteve 97,9% dos votos válidos comprovando o reconhecimento da categoria em relação ao trabalho realizado até então pelo sindicato.

NB – Qual a sua trajetória como dirigente sindical?

Eric – Sou oriundo do Banespa atual Santander, comecei minha luta contra o abuso praticado pelo banco, em 1983, quando fiz parte da comissão de contínuos. Nessa época já ficava indignado com as condições de trabalho impostas pelo banco. Em 1997 entrei para o Sindicato como diretor, a partir disso a luta por um trabalho mais decente e digno se intensificou e não parou mais.

NB – Quais foram as conquistas conseguidas pela categoria?

Eric – Acredito que as nossas conquistas são fruto da união e organização dos trabalhadores e Sindicato. Juntos conseguimos muito mais, há oito anos temos aumento real de salário, maior distribuição do PLR (Participação dos Lucros e Resultados, cláusula de combate ao assédio moral e avanços nas questões de saúde e segurança.

NB – Como será a sua gestão?

Eric – Pretendo dar continuidade ao trabalho encabeçado pela atual presidenta Maria Rita Serrano e a sua diretoria. Uma gestão comprometida com a luta por melhores condições de trabalho para a categoria. Para que isso possa continuar devemos ouvir e participar do dia a dia do trabalhador bancário.

NB - Quais os desafios para a nova gestão?

Eric – Os desafios para conquistar melhores condições de vida para o trabalhador são constantes e há muito a ser feito. Melhorar a remuneração, combater a terceirização, regulamentar o sistema financeiro, melhorar as condições de trabalho e saúde, diminuir a rotatividade no setor, combater todas as formas de assédio moral, acabar com as metas abusivas entre outros. Para isso vamos ampliar a fiscalização e abrir mais canais de denúncia.

NB – O Sindicato apóia o fim do imposto sindical. Como vai trabalhar esse assunto na sua gestão?

Eric – Banir o imposto sindical é uma prioridade, inclusive da gestão atual, pretendendo continuar com essa luta liderada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), à qual a entidade é filiada. O fim desse imposto derruba os sindicatos de fachada que não estão comprometidos com a luta do trabalhador.

NB – A precarização da mão de obra avança a passos largos no setor bancário. Como a chapa eleita pretende enfrentar esse desafio?

Eric - A terceirização é a forma mais cruel de precarizar as relações de trabalho e o combate tem que ser pelas vias legais, que envolve os projetos já em trâmite no legislativo, e com a organização dos trabalhadores, inclusive os terceirizados, que são também vítimas desse problema social.



“Acredito que as nossas conquistas são fruto da união e organização dos trabalhadores e Sindicato”

Eric Nilson
presidente eleito

Fique sócio!
Você só tem a ganhar

